

**Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente:**

**A Experiência Brasileira Recente**



**Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente:**

**A Experiência Brasileira Recente**

Setembro 2008

© Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL 2008

© Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD 2008

© Organização Internacional do Trabalho - OIT 2008

**Produção Editorial:** Prima Página • [www.primapagina.com.br](http://www.primapagina.com.br)

**Projeto Gráfico, Infográficos e Diagramação:** Buono Disegno • [www.buonodisegno.com.br](http://www.buonodisegno.com.br)

**Revisão:** Paula Bosi

**Tiragem:** 2000 exemplares

Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente.

Brasília: CEPAL/ PNUD/OIT, 2008

(Projeto CEPAL/PNUD/OIT)

176 p.

1. Emprego 2. Desenvolvimento humano 3. Trabalho decente

I. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL

II. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD

III. Organização Internacional do Trabalho – OIT

CDU 331

Este trabalho foi realizado no âmbito do Projeto CEPAL/PNUD/OIT

É permitida reprodução do texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

#### **Observação**

As designações empregadas nesta publicação, segundo a praxe adotada pelas Nações Unidas, assim como a apresentação do material nela incluído, não significam, da parte do Projeto CEPAL/PNUD/OIT, qualquer juízo com referência à situação legal do país ou de suas Autoridades.

A responsabilidade por opiniões contidas nos artigos assinados, estudos e outras contribuições recai exclusivamente sobre seus autores, e sua divulgação pelo Projeto CEPAL/PNUD/OIT não significa endosso às opiniões neles expressadas.

# Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: A Experiência Brasileira Recente

# Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente:

## A Experiência Brasileira Recente

**Equipe responsável pela preparação do Documento Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: A Experiência Brasileira Recente**





**Coordenação Geral** Renato Baumann

**Coordenação Técnica** Renato Baumann, Laís Abramo, Kim Bolduc

**Equipe de Redação** Laís Abramo, Renato Baumann, Ricardo Bielschowsky, Rogério Costanzi, Lilian Marques, Carlos Mussi, Solange Sanches

**Colaboradores** As pessoas mencionadas a seguir colaboraram na preparação deste documento com pesquisa, provisão de informações, comentários e apoio na elaboração do texto:

Jorge Arbache, Wilson Amorim, Soraia Barbosa, Fabiano Bastos, Janine Berg, Lenice Bezerra, Andrea Bolzon, Maria Cristina Cacciamali, José Celso Cardoso, José Paulo Chahad, Gonzalo Delgado, Álvaro Diaz, Thais Dumet, Christopher Ernst, Juan Carlos Feres, Decio Fialho, Nayara Gomes, Reinaldo Gonçalves, Maria Pulcheria Graziani, Nadya Guimarães, Antonio Ibarra, Virgilio Levaggi, Carlos Lopes (R.R. PNUD (2003-2005), Luiz Antonio Machado, Felipe Marques, Renato Mendes, Naércio Menezes, Lucien Muñoz, Leonardo Neves, Armand Pereira, Eduarda Tannuri Pianto, Maria Donald Pianto, Anne Posthuma, Márcio Pochmann, Antonio Prado, Carlos Alberto Ramos, Gerhard Reinecke, João Sabóia, Pedro Sainz, Luiz Guilherme Scorzafave, Fábio Tatei, Paulo Tigre, Janina Tolentino, Jurgen Weller, Equipe PNUD Brasil, Especialistas do Escritório RHD-NY.

			<b>Apresentação</b>	<b>08</b>
			<b>Introdução</b>	<b>10</b>
			<b>Capítulo 1</b> • O Desempenho do Mercado de Trabalho	<b>16</b>
			<b>Capítulo 2</b> • Déficits de Trabalho Decente no Brasil	<b>40</b>
			<b>Capítulo 3</b> • Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente	<b>76</b>
			<b>Capítulo 4</b> • A Promoção do Desenvolvimento Humano por Meio de Emprego de Qualidade, Proteção Social e Respeito aos Direitos do Trabalho	<b>98</b>
			<b>Anexo Estatístico</b>	<b>120</b>
			<b>Bibliografia</b>	<b>162</b>

## Apresentação

Já se passou metade do prazo de 15 anos para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM, uma série de metas socioeconômicas que os países da ONU, Brasil inclusive, se comprometeram a atingir até 2015). Os resultados globais demonstram que, apesar dos importantes avanços, ainda há muito a ser feito. Hoje, temos certeza de que o alcance dos ODM só será efetivo se conseguirmos reduzir as desigualdades entre países, regiões, mulheres e homens, brancos, negros e indígenas, ricos e pobres. E também se houver novos consensos para evitar fatores como as mudanças climáticas e a crise alimentar mundial, que ameaçam reverter os progressos já feitos.

O caso do Brasil confirma essa avaliação. O país já alcançou a meta de redução da pobreza estabelecida pela ONU, está prestes a universalizar o acesso ao ensino fundamental e, no ritmo atual, deverá cumprir a maior parte das metas globais. Mas, ainda que a desigualdade de renda no Brasil venha diminuindo constantemente desde 1995 e tenha atingido seu nível mais baixo em 25 anos, milhões de pessoas continuam vivendo em situação de extrema pobreza.

A experiência internacional indica que o sucesso no combate às desigualdades depende em grande parte do crescimento econômico sustentado. Também confirma que, por si só, o crescimento econômico pode não ser suficiente — a maneira como a riqueza é criada e distribuída tem um papel igualmente importante na construção de sociedades mais prósperas e justas. O foco sobre a questão do trabalho, como elo articulador entre crescimento e desenvolvimento humano, torna-se, portanto, fundamental.

Esse é o entendimento das três agências das Nações Unidas que decidiram juntar esforços para produzir este relatório, a partir do conhecimento acumulado e de sinergias entre seus diferentes mandatos. Trata-se de um projeto conjunto de análise das relações entre desenvolvimento humano e trabalho decente, a partir da evolução recente do mercado de trabalho no Brasil. Identificaram-se algumas implicações e foram propostos rumos a serem seguidos.

Ao longo dos seus 60 anos, a CEPAL tem enfatizado a importância de se adequar o modelo de desenvolvimento adotado pelos países da América Latina, de modo a assegurar não só um crescimento contínuo e com ritmo apropriado, mas, sobretudo, de forma a incorporar o maior número possível de indivíduos aos benefícios desse processo.

O PNUD tem como foco a promoção do desenvolvimento humano, entendido como a criação de condições para que as pessoas possam desenvolver plenamente seu potencial e levar uma vida produtiva e criativa de acordo com suas necessidades e interesses. Por meio de cooperações técnicas e da divulgação dos índices de desenvolvimento humano em diversos países, tem contribuído para que as nações possam identificar as melhores estratégias para atingir os ODM sem se limitarem às médias nacionais.

A OIT tem destacado a importância de a promoção do trabalho decente ser vista como eixo das estratégias de desenvolvimento dos países e garantia de governabilidade democrática. Essa perspectiva é especialmente importante frente aos desafios da globalização e à crise mundial do trabalho — que se caracteriza não apenas pela existência de aproximadamente 200 milhões de pessoas desempregadas no mundo, mas também pelo fato de que metade das pessoas que trabalham vive com menos de 2 dólares por dia (e está, portanto, em situação de pobreza). A agenda do trabalho decente inclui

a promoção do emprego de qualidade e dos direitos no trabalho, o fortalecimento da proteção social e do diálogo social sobre temas laborais.

A economia brasileira mostrou, nas últimas décadas, que períodos de crescimento notável da produção podem gerar sociedades injustas, com elevada concentração da riqueza. Nas décadas de 80 e 90, esse modelo de desenvolvimento foi fortemente afetado — tanto no Brasil como no restante da América Latina — pelo fraco desempenho das economias da região.

A globalização dos mercados, a reestruturação produtiva e a introdução de reformas em diversas áreas, como nas legislações trabalhistas e nos sistemas de negociação coletiva, tiveram impactos profundos no trabalho. Seja pelo efeito das reformas, como consequência das variações do ciclo econômico ou em razão do maior grau de concorrência com itens produzidos no exterior, o fato é que houve mudanças significativas no ritmo de criação de postos de trabalho, nas taxas de participação, nas características dos indivíduos empregados, nas instituições relevantes e em diversos outros aspectos. Sintetizar essas alterações e identificar seus efeitos não é uma tarefa trivial.

O presente trabalho parte do reconhecimento da importância de gerar — por meio de correções nas distorções de mercado ou da ação orientada por parte do Estado — postos de trabalho de qualidade, com características não-discriminatórias, que assegurem proteção social, direito de associação e diversas outras dimensões do que se convencionou definir como trabalho decente. Assim, estabelecer as dimensões de desenvolvimento humano e trabalho decente como condição para as proposições relativas a políticas públicas é um dos eixos centrais da argumentação aqui exposta.

Além disso, este relatório apresenta uma análise tanto da estrutura institucional básica do mercado de trabalho brasileiro quanto das mais importantes iniciativas públicas e privadas em áreas como criação de postos de trabalho, capacitação da mão-de-obra e melhora nos sistemas de informação. Para tanto, foi possível contar com o apoio de diversos consultores, cujos textos são divulgados em CD anexo.

Esta publicação inova ao analisar a relação quantitativa entre crescimento do PIB, geração de emprego, indicadores de desenvolvimento humano e indicadores de trabalho decente para um mesmo país, já que a

literatura sobre o tema, até o momento, está centrada na análise para grupos de países.

Nossa proposta é ambiciosa. A interação dos indicadores do mercado de trabalho com os indicadores de desenvolvimento humano ganha complexidade em razão da própria dificuldade para identificar os canais relevantes de influência. O desafio é ampliado pela inclusão da dimensão de geração de trabalho de qualidade. Este relatório apresenta um tipo de abordagem metodológica que — ao mesmo tempo em que permite vislumbrar a confirmação empírica de alguns efeitos previsíveis — pretende estimular a elaboração de abordagens quantitativas mais detalhadas.

Este documento traz uma clara contribuição à análise das características e da evolução das políticas de emprego no Brasil. CEPAL, PNUD e OIT compartilham a convicção de que o trabalho decente tem impactos reais sobre a pobreza e sobre o desenvolvimento humano. Esperamos que esta publicação facilite o debate e dê origem a muitos outros estudos, contribuindo para o aperfeiçoamento das políticas públicas. Ele terá cumprido seus objetivos se vier a se materializar, de alguma forma, em maiores oportunidades para mulheres e homens que depositam nos ODM a esperança de uma sociedade mais justa.

**Renato Baumann**

*Diretor  
Escritório da CEPAL no Brasil*

**Kim Bolduc**

*Representante - Residente  
do PNUD no Brasil*

**Laís Abramo**

*Diretora  
Escritório da OIT no Brasil*

## Introdução

O mercado de trabalho do Brasil — como o da América Latina, de um modo geral — mostrou nas últimas décadas intensa variação na taxa de participação (proporção das pessoas de 15 a 64 anos que trabalha ou procura emprego), no ritmo de criação de postos de trabalho, no perfil dos trabalhadores (em termos de gênero, idade, escolaridade e qualificação) e em diversos aspectos relacionados a qualidade dos empregos e condições de contratação.

Este relatório, feito pelas representações no Brasil da CEPAL, da OIT e do PNUD, é um esforço de apresentação e análise do comportamento do mercado de trabalho brasileiro de 1990 até hoje, com ênfase na avaliação conceitual e empírica das relações entre emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente. O argumento central aqui desenvolvido é que a expansão econômica é condição necessária, mas não suficiente, para promover desenvolvimento humano, construir

sociedades mais eqüitativas e gerar postos de trabalho de qualidade e na quantidade necessária para atender à crescente oferta de mão-de-obra. Para isso, são necessárias também políticas de Estado. Os benefícios desse processo para o bem-estar social serão tanto maiores quanto mais as oportunidades corresponderem aos requisitos do trabalho decente.

As três agências das Nações Unidas que prepararam esta publicação ressaltam, já há algum tempo, aspectos do desenvolvimento econômico e social que podem ser considerados de forma complementar.

A CEPAL destaca, desde sua criação, a importância de se manter crescimento econômico elevado com equidade: a redução da desigualdade em contextos como o latino-americano (e o brasileiro, em particular) requer que a sociedade desenvolva sistemas de proteção e promoção de oportunidades e de qualidade de vida que permitam que todos participem dos benefícios e sejam atores do desenvolvimento. O PNUD resalta o desenvolvimento humano, contribuindo com metodologia para medi-lo e monitorá-lo. A OIT salienta a importância do trabalho decente como via fundamental para superar a pobreza, criar sociedades mais justas e inclusivas e fomentar a governabilidade democrática.

Apesar de complementares, essas três dimensões de análise têm sido poucas vezes consideradas de forma conjunta e raramente combinadas em abordagens sobre um país específico. Este trabalho procura contribuir para esse tratamento sistematizado, com base na análise do mercado de trabalho do Brasil entre 1990 e 2006.

Em linhas gerais, o contexto brasileiro pós-1990 guarda forte relação com as características observadas no mercado de trabalho da América Latina. No subcontinente (e o Brasil não é exceção), predominou durante o século 20 um modelo de desenvolvimento que, embora tenha resultado em altas taxas de crescimento econômico até a década de 70, acentuou a forte concentração de renda e a expressiva desigualdade social que sempre caracterizaram a região.

Nas décadas de 80 e 90 a crise da dívida externa, as hiperinflações e os programas de estabilização, as rápidas e importantes transformações tecnológicas e o surgimento ou a consolidação de outras regiões emergentes e competidoras pressionaram pela adoção de reformas, em um quadro de maior liberdade política e de crescente demanda por melhorias sociais. Entre as reformas mais significativas do período, e comuns a um

maior número de países, destacam-se a redução do papel do Estado no processo produtivo, a maior abertura das economias e maior interação com os fluxos comerciais e financeiros externos, a flexibilização nas relações trabalhistas, a democratização dos sistemas políticos e a ampliação das políticas públicas sociais.

Na década de 80 o PIB da América Latina cresceu a um ritmo anual de 1%, enquanto a população economicamente ativa (PEA) aumentou a um ritmo três vezes superior<sup>1</sup>. Esse diferencial tornou ainda mais difícil atender à demanda por postos de trabalho. A parcela da população que conseguiu se empregar teve de aceitar frequentemente vínculos informais de trabalho em ocupações de baixo rendimento e baixa produtividade. Na década seguinte, o comportamento das duas variáveis foi mais similar: a PEA teve alta média de 3,1% ao ano e o PIB, de 3,3%<sup>2</sup>. No entanto, a taxa de desemprego urbano da América Latina subiu de 5,8%, em 1990, para 11,4%, em 1999. Como se verá nos capítulos 1 e 2 do relatório, os indicadores brasileiros registraram trajetória semelhante.

Após a recessão do começo dos anos 2000, em 2003 inicia-se um período de retomada da expansão econômica. Nesse cenário mais favorável, o PIB cresceu a taxas superiores às dos anos 80 e 90, com conseqüente elevação do PIB per capita. A PEA continuou a aumentar de maneira mais lenta, em razão de alterações demográficas, e a taxa média de desemprego caiu para cerca de 8% em 2007.

É possível identificar algumas características gerais do mercado de trabalho na América Latina nesse período<sup>3</sup>, que também estiveram presentes na experiência recente do Brasil, como será discutido nos capítulos 1, 2 e 4: a) a geração de postos de trabalho foi insuficiente, mesmo com o menor crescimento da população economicamente ativa; b) o crescimento mais acelerado da produtividade da mão-de-obra restringiu-se a um grupo de setores produtivos; nos demais, houve pequena expansão ou estabilidade, o que indica que em parte das ocupações a modernização esteve associada à informalidade do trabalho; c) houve proliferação de empregos temporários e sem contrato, aumento da população ocupada sem acesso à seguridade social, flexibilização das condições para o término dos contratos de trabalho, redução de indenizações por demissão e limitações ao direito de greve; d) o desemprego e a informalidade aumentaram; e) os rendi-

mentos do trabalho se deterioraram em um número significativo de países; f) o setor terciário ganhou peso no emprego. Em contrapartida, o gasto público na área social aumentou de maneira generalizada na década de 90 — tanto em valores absolutos quanto em proporção ao total dos gastos públicos — em parte para atuar sobre as dificuldades causadas pelo lento crescimento econômico e pelas transformações do mercado de trabalho. Assim, ao mesmo tempo em que o Estado se retraía de sua função de promotor da atividade produtiva, reconhecia, por meio da maior despesa social per capita, a necessidade de adotar políticas públicas para reduzir a pobreza e promover bem-estar social, respondendo a demandas explicitadas pela reconstrução democrática.

Não basta, contudo, elevar o volume de recursos destinados à área social. A ação do Estado, para legitimar-se, precisa levar em conta a eficácia econômica e o atendimento das necessidades da sociedade, de modo que possibilite a expansão da economia e, principalmente, do emprego.

O crescimento econômico sustentado é o principal estímulo à maior demanda por mão-de-obra, mas não assegura automaticamente a criação de mais e melhores empregos. Por isso, devem ser priorizadas as políticas que ajudem a conciliar as estruturas de demanda e de oferta de trabalho, assim como aquelas que apoiem setores que contribuem mais para a geração de trabalho decente.

O acesso a um trabalho decente permite às pessoas obter certo número de bens e serviços, por meio de seus rendimentos. Ao mesmo tempo, oferece a oportunidade de prover um serviço produtivo à sociedade e expandir habilidades e talentos. Também proporciona segurança para tomar decisões que não tenham impacto negativo sobre o desenvolvimento humano, evitando, por exemplo, os efeitos do desemprego de homens e mulheres sobre a educação e a alimentação dos filhos ou sobre a entrada precoce das crianças no mercado de trabalho (trabalho infantil). Um trabalho decente habilita as pessoas em termos políticos e sociais e, nesse sentido, é, simultaneamente, via fundamental de inclusão social, condição para o exercício efetivo da cidadania e para assegurar a governabilidade democrática.

O crescimento econômico tem potencial de expandir as capacidades humanas, mas, para isso, ele deve

**quadro 1 • O conceito de trabalho decente**

Trabalho decente é um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, e que garanta uma vida digna a todas as pessoas que vivem do trabalho e a suas famílias. Permite satisfazer às necessidades pessoais e familiares de alimentação, educação, moradia, saúde e segurança. Também pode ser entendido como emprego de qualidade, seguro e saudável, que respeite os direitos fundamentais do trabalho, garanta proteção social quando não pode ser exercido (desemprego, doença, acidentes, entre outros) e assegure uma renda para a aposentadoria. Por seu caráter multidimensional, também engloba o direito à representação e à participação no diálogo social. Em todos os lugares, e para todas as pessoas, o trabalho decente diz respeito à dignidade humana.

Este conceito está embasado em quatro pilares: a) respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho (liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil e eliminação de todas as formas de discriminação); b) promoção do emprego de qualidade; c) extensão da proteção social; e d) diálogo social.

Um elemento central e transversal do conceito de trabalho decente é a igualdade de oportunidades e de tratamento e o combate a todas as formas de discriminação — de gênero, raça/cor, etnia, idade, orientação sexual, contra pessoas com deficiência, vivendo com HIV e Aids etc.

ser equitativo e aumentar as oportunidades que permitam às pessoas tomar decisões sobre como viver uma vida que elas valorizem.

Todas as oportunidades que constituem o desenvolvimento humano são importantes — liberdade para ir e vir e liberdade de expressão, oportunidade de acesso a serviços básicos de educação e saúde, oportunidade de acesso à moradia digna, com água potável e saneamento, entre outras. Porém, só o acesso ao trabalho decente pode converter o crescimento econômico em desenvolvimento humano.

Se a expansão da economia não resulta sempre em empregos decentes nem se traduz necessariamente em desenvolvimento humano, para alcançar o vínculo virtuoso entre esses três elementos — em que o objetivo final é o desenvolvimento humano — é preciso que o crescimento gere empregos de qualidade, com proteção social e respeito aos direitos do trabalho, e que permita às pessoas serem partes integrais da sociedade.

Com a maior interação econômica dos países, também se torna relevante, para superar os problemas de emprego no longo prazo, uma política de competitividade e de estímulo ao incremento da produtividade. No entanto, promover a competitividade por meio da redução de pessoal ou aumentar a produção com má distribuição de renda, além de ter efeitos negativos sobre a oferta de emprego e a renda do trabalho, acaba por limitar a expansão da demanda agregada e, conseqüentemente, o próprio desenvolvimento com geração de emprego.

O conjunto das políticas públicas deve assegurar que todas as pessoas tenham acesso equitativo ao mercado de trabalho, o que supõe enfrentar as segmentações, desigualdades e discriminações que impedem que parcela da população se incorpore adequadamente à atividade econômica e desenvolva seu potencial produtivo. O diálogo entre governo, trabalhadores e empregadores deve fortalecer os interesses comuns e permitir soluções justas e transparentes aos conflitos, gerando um ambiente propício ao crescimento do emprego.

A articulação de políticas econômicas e políticas sociais favorece a ampliação da competitividade das economias em um mundo globalizado e promove melhores condições para a inserção dos países no mercado global e para seu desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, são importantes os elementos que conectam o desenvolvimento econômico e o social — como a ge-

ração estável e sustentada de emprego e renda; a superação de disparidades produtivas por meio de medidas que estimulem a contribuição das pequenas empresas ao desenvolvimento; a possibilidade de canalizar uma proporção maior de recursos para a melhoria da educação e para sua efetiva universalização; a promoção da igualdade de gênero e raça/cor no mundo do trabalho; a extensão da proteção social e a implementação de programas integrais de luta contra a pobreza, consistentes com uma política fiscal adequada.

O desenvolvimento, em seu conceito mais amplo, deve ter como metas erradicar a pobreza e enfrentar decididamente a exclusão social; construir um ambiente social de maior segurança e confiança mútua; consolidar uma ordem política democrática com mais participação das pessoas na gestão e nas decisões públicas; difundir o bem-estar a quem tem menos acesso aos benefícios da modernidade; concretizar-se em projetos coletivos em que os cidadãos adquiram um maior sentido de compromisso e pertinência em relação à sociedade em que vivem; e buscar a proteção e a melhoria do meio ambiente tanto para os indivíduos de hoje quanto para as próximas gerações<sup>4</sup>.

O desenvolvimento integral passa, portanto, pela busca simultânea de desenvolvimento humano, equidade e trabalho decente, conceitos interdependentes e que se reforçam mutuamente. O desenvolvimento humano, em seu sentido amplo de expansão das escolhas e das capacidades dos indivíduos, contribui para a promoção do trabalho decente — logo, a relação entre os dois conceitos é uma via positiva de mão dupla.

A melhoria do acesso à educação e à saúde, ponto importante do desenvolvimento humano, certamente tem impacto positivo sobre a qualidade da força de trabalho e contribui para elevar a produtividade e a competitividade do país na economia global, assim como para atrair investimentos e promover o desenvolvimento de setores produtivos com maior valor adicionado.

Um modelo de desenvolvimento, para que privilegie a inclusão, tem de orientar-se pela busca do crescimento mais equânime, do trabalho decente e do desenvolvimento humano, tomados como direitos universais.

Este relatório é um esforço de análise sistemática das dimensões de crescimento e equidade, desenvolvimento e trabalho decente, a partir da experiência brasileira dos últimos anos. Embora sejam conceitos próximos,

**quadro 2 • O conceito de desenvolvimento humano**

O desenvolvimento humano pode ser definido como um processo de expansão das escolhas e das capacidades individuais, de tudo aquilo que a pessoa pode fazer e ser na sua vida. É, portanto, mais amplo que a combinação de desenvolvimento social e crescimento econômico equitativo, pois incorpora outras dimensões, como a expansão da democracia, a necessidade de proteger o ambiente e a promoção e proteção dos direitos humanos.

A verdadeira riqueza de uma nação é o desenvolvimento humano de seus cidadãos. Para que isso seja possível, é fundamental a criação de um ambiente que permita a todas as pessoas desfrutarem de uma vida de qualidade, longa, saudável e criativa. Nesse sentido, a renda não deve ser vista como uma finalidade em si mesma, mas como um meio para obter bem-estar.

Essa perspectiva demandou novas formas de medir o desenvolvimento. A partir do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população se deve considerar não apenas a dimensão econômica (como faz o PIB per capita), mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade de vida, foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que leva em conta renda, educação e longevidade.

Diante dos desafios atuais à maioria dos países, podem ser propostos cinco pontos para uma agenda geral de desenvolvimento humano:

- a) prioridade para o desenvolvimento social, com metas de expansão da educação, de oportunidades de saúde, de distribuição de renda e redução da pobreza;
- b) crescimento econômico que gere recursos para o desenvolvimento humano e estimule a geração de trabalho decente — o incremento sustentado da produção, embora não seja suficiente, é uma condição necessária para a criação de empregos de boa qualidade;
- c) reforma política para garantir a governança democrática, que assegure os direitos humanos;
- d) equidade nos três elementos acima, de maneira que se reflita a preocupação com todos os indivíduos;
- e) reformas institucionais e políticas na esfera global, para criar um ambiente econômico mais favorável e dar aos países mais pobres acesso aos mercados globais, à tecnologia e à informação.

suas inter-relações e complementaridades nem sempre estão claras desde o primeiro momento.

O Brasil registrou, nos últimos anos, melhora expressiva em indicadores importantes do mercado de trabalho, com destaque para o aumento dos níveis de ocupação, para a geração de empregos formais e para a reversão da trajetória de queda dos rendimentos do trabalho, acompanhando uma recuperação do crescimento econômico. Apesar disso, o país ainda convive com um mercado de trabalho estruturalmente segmentado, que exclui social e economicamente uma parcela expressiva de trabalhadores, em função do elevado déficit de trabalho decente.

Este relatório, que procura contribuir para a compreensão da trajetória recente do emprego no Brasil, estrutura-se em quatro capítulos. O primeiro mostra os principais indicadores do trabalho no Brasil desde a década de 80, destaca as características de cada subperíodo e a evolução do emprego setorial, além de analisar a relação entre o ritmo de crescimento da produção e da geração de postos de trabalho formais e informais. O capítulo 2 descreve os principais déficits de trabalho decente no Brasil, entre 1992 e 2006, considerando gênero, raça/cor e idade e abrangendo emprego, proteção social e direitos no trabalho. O terceiro capítulo inova ao, debruçando-se sobre um país específico, fazer um estudo quantitativo que sugere a existência de efeitos positivos entre a geração de trabalho decente e os indicadores de desenvolvimento humano. O quarto capítulo discute alguns elementos de uma estratégia para geração de trabalho decente, como o papel dos setores público e privado na geração de emprego e capacitação da mão-de-obra, as políticas ativas de mercado de trabalho, as condições da negociação coletiva e as políticas de promoção da igualdade de oportunidades.

Por último, mas nem de longe menos importante, uma contribuição adicional deste relatório encontra-se em seus anexos. Aí são apresentadas diversas informações estatísticas usadas na análise, dentre as quais se destacam estimativas inéditas de séries de Índices de Desenvolvimento Humano por unidades da Federação para diversos anos, assim como vários indicadores de trabalho decente. Também são divulgados nos anexos 12 trabalhos de especialistas que muito contribuíram para a análise apresentada no relatório. A riqueza desse material será de grande utilidade para pesquisas futuras sobre os temas envolvidos.

#### NOTAS

1. CEPAL (2004b).
2. Números da Base de Dados BADEINSO (CEPAL); Observatório Demográfico N° 2 (CELADE); Bases de datos en línea: estimaciones y proyecciones de la población económicamente activa 1980-2020 (OIT).
3. CEPAL (2004b); OIT, 2006 (Agenda Hemisférica) e OIT 2004.
4. Ver, a propósito, a publicação conjunta CEPAL/AECI /SEGIB (2007b).